

O Brasil no espelho da Europa

■ UE condena as violações dos direitos humanos

KIDO GUERRA
Correspondente

BRUXELAS — Depois de Candelária, Carandiru, Vigário Geral, Corumbiara e a matança de ianomâmis, o massacre dos 19 sem-terra no Sul do Pará vem macular ainda mais a imagem, na União Européia, do Brasil, visto por aqui como um país que nada faz para impedir a chacina de crianças, camponeses, pobres, presos e líderes sindicais. Pior ainda: o Parlamento Europeu (PE) deverá votar daqui a duas semanas, em sua próxima sessão plenária, uma resolução condenando o país por desrespeito aos direitos humanos e exigindo o combate rigoroso à violência urbana e rural, e, sobretudo, o fim da impunidade no Brasil.

“Um ato desses é inaceitável. Estamos assustados e muito preocupados, pois não é a primeira vez que isso acontece. No ano passado, foi em Corumbiara, e sempre há casos isolados. É preciso que o Brasil acabe com isso”, disse ao **JORNAL DO BRASIL** o eurodeputado alemão Wolfgang Kreissl-Dorfler, da bancada verde. Segundo ele, não se trata de uma decisão contrária nem ao povo nem ao governo brasileiro, “mas de uma forma de exercer pressão para que casos semelhantes não se repitam”.

Resoluções — Violação de direitos humanos e devastação ambiental são assuntos prioritários no Parlamento Europeu, única instituição da União Européia (UE) eleita pelos cidadãos. A cada mês, os europarlamentares votam pelo menos cinco resoluções denunciando ou condenando atos de desrespeito aos direitos humanos em países não só do Terceiro Mundo mas também da própria UE, como a ocorrência de tortura de presos políticos bascos em prisões espanholas ou de terroristas do Exército Republicano Irlandês (IRA) em prisões inglesas. Suas decisões quase não têm efeitos práticos de grande relevância, mas incomodam governos e influenciam a opinião pública.

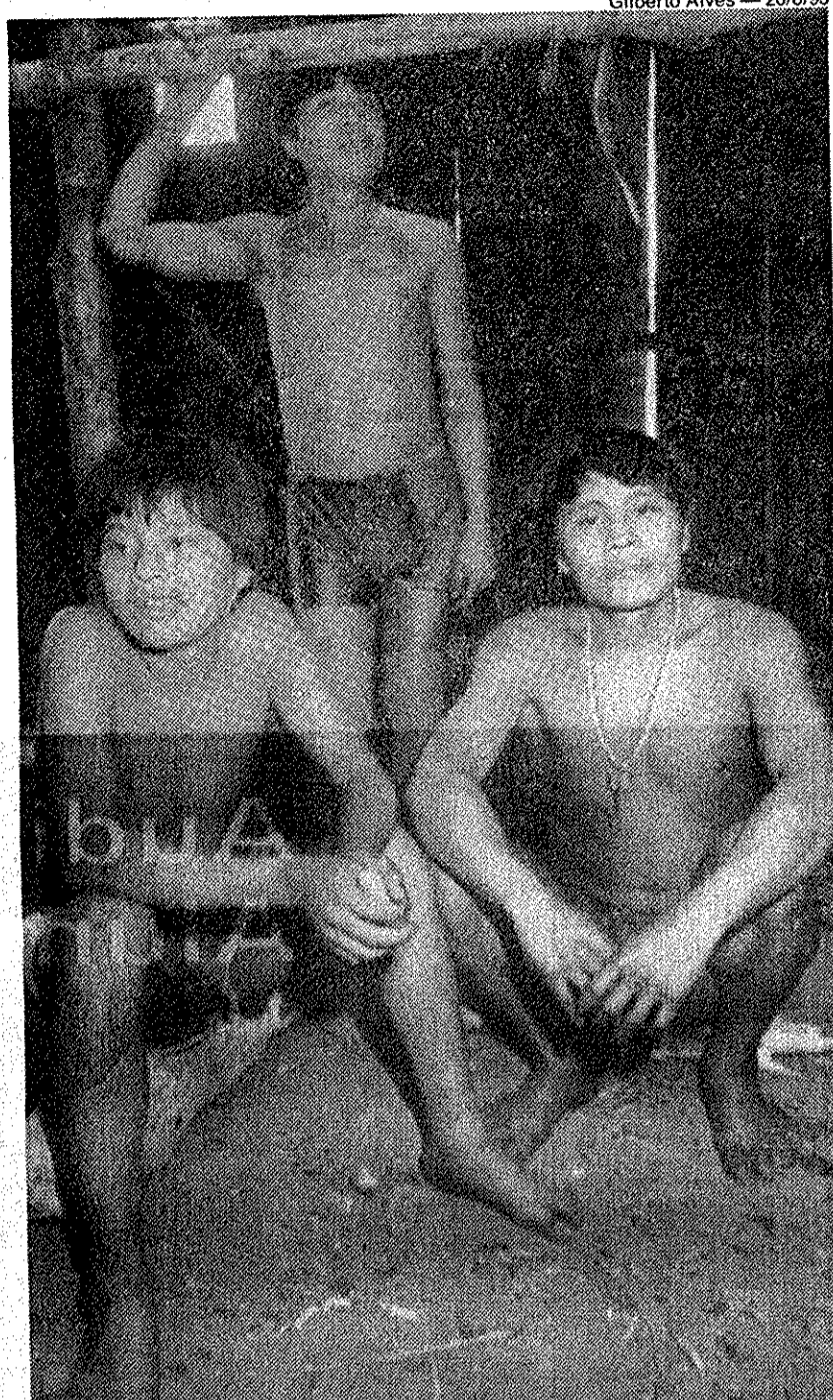
“Não vamos pedir que a União Européia interrompa as relações comerciais com o Brasil ou outros países onde ocorrem problemas parecidos. Mas podemos, por exemplo, tentar convencer os governos a cancelarem a transferência de recursos e tecnologia para projetos que não funcionam, como a demarcação de terras indígenas”, diz Kreissl-Dorfler.

O Parlamento Europeu funciona como uma espécie de câmara de eco da opinião pública européia, que, ainda à sombra da Segunda Guerra Mundial e dos conflitos coloniais, conheceu os refugiados políticos das ditaduras latino-americanas na década de 70, e nos anos 80 despertou sua consciência crítica em relação às atrocidades cometidas contra o ser humano em todo o planeta.

ONGs — Instigado por ONGs do porte da Amistia Internacional, Human Rights Watch, WVG ou Anti-Slavery International, com representantes ou conexões em quase todo o mundo, o PE está sempre pronto e disposto a condenar qualquer ato de desrespeito aos direitos humanos ou ambientais. Especialmente quando sabe que, ou pela censura ou por desinteresse da imprensa local, os assuntos não são denunciados nos países onde ocorrem.

As informações circulam na velocidade da Internet, e hoje existe uma grande articulação entre ONGs do mundo inteiro, além de um canal permanente aberto com os europarlamentares. Assim, a Europa, assim como todo o planeta, não mais depende dos meios de comunicação tradicionais para ser informada, em tempo recorde, de massacres como o de Eldorado de Carajás. Ou seja, o mundo vive hoje uma espécie de globalização da indignação.

“Não se trata de reduzir as coisas a uma fiscalização do Terceiro Mundo pela Europa ou por ONGs internacionais. Por razões políticas e sócio-econômicas, é de se esperar que haja mais problemas de violação dos direitos humanos em países da Ásia, África e América Latina do que na União Européia”, explica Alison Sutton, da Amistia Internacional.



Os sobreviventes do massacre dos ianomâmis e da chacina da Candelária; dois retratos de um Brasil que provoca indignação entre os europeus

Opinião pública exerce pressões

BRUXELAS — Nos últimos três anos, países como Brasil, China, Paquistão, Índia e Indonésia têm figurado com frequência nas resoluções ou propostas de resoluções formuladas por europarlamentares, o que não é nada lisonjeiro. Afinal, explorações de mão-de-obra infantil, trabalho escravo, matanças de índios, chacinas promovidas por policiais e denúncias de torturas não são motivo de orgulho para ninguém.

Para a opinião pública européia, especialmente em países como Alemanha e Holanda, fatos semelhantes podem motivar boicote a produtos fabricados por crianças, prisioneiros e escravos. Podem também gerar a indignação dos contribuintes, uma vez que parte dos impostos coletados são aplicados em programas de cooperação ou ajuda humanitária em países que violam princípios democráticos e direitos humanos.

As pressões também são exercidas por outros segmentos da sociedade, especialmente a Igreja. A mulher de um diplomata brasileiro em Bruxelas deixou de ir à missa na igreja que sempre frequentou, cansada de ouvir o pároco local, um belga, pregar repetidamente sobre as injustiças geradas pela questão agrária no Brasil. Isso antes mesmo que o massacre em Eldorado de Carajás viesse mais uma vez mostrar ao mundo como o problema continua sem solução à vista. (K.G.)